

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

Povo do Rio solidário aos palestinos

Fotos: Cícero Rabello

O Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino, a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ) e inúmeras entidades dos movimentos sociais realizaram, na quinta-feira, 8, na Cinelândia, centro do Rio, vigília e manifestação em solidariedade à população da Faixa de Gaza sob massacre do exército de Israel.

Cerca de mil pessoas participaram do ato que reuniu também representantes de sindicatos, como o SINTUFRJ. Os manifestantes seguiram em passeata até o Consulado Americano, queimaram as bandeiras de Israel e dos EUA, e atiraram sapatos no prédio.

Protestos contra os ataques de Israel irrompem por todo o mundo. No Brasil, já houve atos em Florianópolis, Manaus, Salvador e em São Paulo. Lá, manifestantes em passeata pelas ruas do Brás, no dia 7, atiraram sapatos contra fotos de líderes israelenses. Aconteceram manifestações em Londres, em Roma, em Paris, em Atenas, no Irã, no Egito, na Síria e no Líbano.

Há cerca de 15 dias Israel mata palestinos. Até a semana passada, dados oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) davam conta do assassinato de cem crianças. Israel tem bombardeado e destruído escolas, hospitais e residências, numa ação considerada terrorismo de Estado.

página 2



Extensão da licença-maternidade para servidoras federais

Foi publicado no Diário Oficial da União no dia 12 de dezembro o decreto 6.690, de 11 de dezembro de 2008, que regulamenta a extensão da licença-maternidade por 60 dias, para as servidoras lotadas nos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

O direito a licença-maternidade para as servidoras é garantido pelo Artigo 207 da Lei 8112/90, que estabelece o prazo de 120 dias consecutivos sem prejuízos da remuneração.

Para as servidoras que adotarem ou obtiverem guarda judicial de crianças o decreto prevê a prorrogação de 60 dias para a adoção de crianças com até um ano de idade, 30 dias

para crianças com mais de um e menos de quatro anos e de 15 dias para crianças de quatro a oito anos de idade.

No período da licença-maternidade ou licença á adotante a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada ou manter a criança em creche ou qualquer organização similar, sob pena de perda do direito à prorrogação.

Caso a licença tenha sido concluída de 10 de setembro a 12 de dezembro a servidora poderá ainda requerer junto a seu órgão a extensão da licença. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento o Executivo Federal conta hoje com 101.206 servidoras com idade entre 18 e 50 anos.

Fonte: Siape

Leia os planos de luta do SINTUFRJ e da CUT para 2009

página 3

Obra da Petrobras avança sobre área da EEFD

página 3

A crise econômica e o seu bolso

página 3

Holocausto palestino

Além de trucidar civis em massa, o exército sionista não permite a entrada em Gaza de ajuda humanitária. A situação na área é de desespero absoluto, devido, também, à falta de eletricidade, comida e água potável. Desde 1967 Israel ocupa o território palestino, ignorando seguidas resoluções da ONU exigindo sua retirada. Nas ações de barbárie, os israelenses sempre contaram com o apoio dos

Estados Unidos. Os palestinos acreditam que o governo de Israel quer promover uma "limpeza étnica", eliminando da face da terra todo o seu povo.

Histórico - A criação do Estado de Israel ocorreu logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo ainda estava sob comoção do massacre aos judeus, promovido pelo nazismo. À época, duas promessas foram feitas: er-

guer o Estado sionista de Israel e delimitar o território palestino. Mas só a primeira parte foi cumprida. Perseguido, o povo palestino se refugiou principalmente na Faixa de Gaza, um estreito pedaço de terra, com aproximadamente 45 quilômetros de comprimento e 10 de largura, limitada por Israel e pelo Egito. Gaza, nome da principal cidade da região, absorveu um quarto das centenas de milhares de

refugiados palestinos expulsos das áreas que hoje fazem parte de Israel.

Há 60 anos a região tem vivido em estado permanente de guerra. Os aliados do governo de Israel insistem em declarar que os ataques são defensivos e não ofensivos, recusando-se a reconhecer o óbvio: está em curso o holocausto palestino.

(fonte: Agência Petroleira de Notícias)

CPV oferece 240 vagas

A Coordenação Geral e a de Educação definiram que serão abertas 240 vagas para o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ este ano. A inscrição para seleção será nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro, na sede e subdeses (do Centro, da Praia Vermelha e do HU).

Podem se inscrever filiados ao SINTUFRJ e dependentes diretos, prestadores de serviço há mais de um ano na UFRJ, sindicalizados a entidades filiadas à CUT e participantes do MST. A íntegra do edital está na página do SINTUFRJ na internet (www.sintufrj.org.br).

Obra do Cenpes invade área da Educação Física

A cessão de área da sede campestre — cerca de 30 mil metros quadrados, no Fundão —, para construção de uma subestação de energia pelo Centro de Pesquisa da Petrobras causou polêmica. Segundo a Escola de Educação Física e Desporto (EEFD), a obra destruiu espaços nobres para intervenção pedagógica e de lazer sem qualquer diálogo que possibilitasse à Escola participar da discussão de alternativas que viabilizassem o investimento do Cenpes sem lesar o patrimônio. Moção de repúdio com esse teor foi aprovada por unanimidade na Congregação da unidade e encaminhada ao reitor pelo diretor da unidade Waldyr Mendes Ramos.

"Não podemos aceitar que a ocupação do nosso campus seja feita de forma atropelada e sem debate dentro da comunidade universitária. Lamento a atitude da Reitoria, que permitiu essa situação. E o mais grave é que não teve qualquer diálogo com a EEFD", comentou o

coordenador-geral do SINTUFRJ Francisco de Assis.

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, explicou que está em contato com a direção da Escola para discutir o problema. Contou que o canteiro da obra é maior que a área cedida. "Mas a gente espera que haja compreensão de que é uma situação temporária", ponderou.

Ele conta que a construção da subestação vai atender também aos interesses da Universidade, porque soluciona a demanda de energia e permite economia significativa, porque possibilita a compra de energia em tensão mais alta, com tarifa mais econômica.

"Foi negociada a cessão porque entendemos que estávamos produzindo uma solução de alto interesse para a Universidade. A sede campestre vai ser devolvida. Vamos manter controle ativo para garantir que o que foi afetado seja devolvido em condições adequadas", disse o pró-reitor.



A OBRA da subestação avança sobre sede campestre



Fotos: EEFD

Eleição dos Delegados Sindicais

O período de inscrições vai até 20 de fevereiro de 2009. As fichas de inscrição (disponíveis também na página do Sindicato na internet) devem ser entregues na sede ou nas subdeses do Sindicato. As reuniões de local de trabalho para as eleições serão agendadas a partir de 3 de março de 2009.

Grupo do AA retoma atividades

No dia 7 de janeiro foi realizada a confraternização do Grupo Cidade Universitária dos Alcoólicos Anônimos na subseção do HU, dando início assim às reuniões que ocorrerão todos as quartas-feiras na subseção do HU das 15h às 17h.

Estudantes da UFRJ têm de volta o seu "Bandejão"

Apesar de as equipes envolvidas no projeto dos Restaurantes Universitários rejeitarem o apelido — porque querem oferecer mais que um serviço de refeições, um verdadeiro programa acadêmico —, para a estudantada a volta do Bandejão, depois de mais de 15 anos, foi comemorada.

Nádia Pereira de Carvalho é representante pela parte técnico-administrativa da Reitoria no grupo de trabalho de Implantação do Sistema de Alimentação. Ela acompanhou a inauguração do Restaurante Central, dia 15. Se de início não havia filas, aos poucos o boca-boca levou centenas de estudantes a esgotarem a previsão de refeições iniciais, servidas até às 14h. "A demanda está grande. A gente começou com 500 refeições. Mas es-



Foto: Cicero Rabello

tamos prevendo 650", comentou Nádia, destacando os elogios recebidos dos alunos: "Elogiaram e colaboraram, dando sugestões, devolvendo as bandejas e ajudando a coleta seletiva". Segundo ela, técnicos-administrativos e docentes também têm acesso. Para eles, a

refeição (ao preço de R\$ 2,00 para os estudantes), sai a R\$ 6,00. É preciso apresentar identificação. O grupo de trabalho vai estudar a demanda para janeiro até alcançar o pique total de ofertas de 1.700 refeições, além das 800 servidas no restaurante da Letras.

Fechados na década de 90

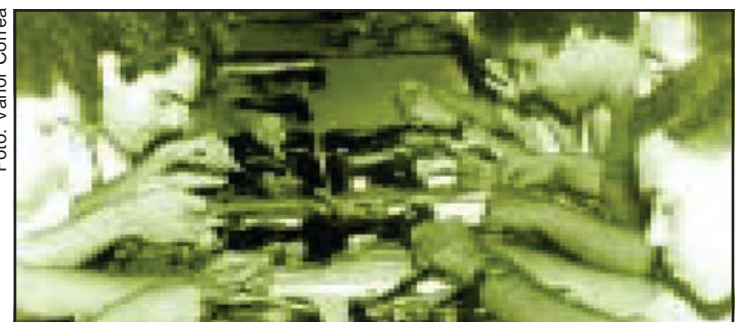


Foto: Vanor Corrêa

No dia 24 de março de 1992, os funcionários invadiram o bandejão do CT, num movimento chamado "Roleta Livre da Fome". Centenas entraram sem pagar, apenas apresentando documento da UFRJ. Eles decidiram, em assembléia, protestar contra o aumento de preços. O ato se repetiria toda terça-feira até que a Reitoria (de Nelson Maculan) negociasse

preço, qualidade, condições de trabalho. Mas a luta maior estaria por vir: a Reitoria seguiu fechando todos os bandejões, restringindo o serviço ao espaço do CCMN, o que gerou filas intermináveis e uma espera de horas. A Reitoria explicou que alimentação e transporte não estavam entre suas prioridades. Até que os bandejões foram totalmente extintos.

As lutas em 2009



Plano de lutas do Sindicato foi aprovado pela categoria

A diretoria do SINTUFRJ inicia o novo ano reafirmando sua determinação de continuar a pôr em prática as resoluções aprovadas no 9º Congresso da categoria, realizado em dezembro de 2007, que reuniu 150 delegados eleitos nas unidades e contou com a participação de vários coordenadores da Fasubra. Além, é óbvio, de dar continuidade à luta deflagrada em 2008 contra o congelamento das ações judiciais, realizando ações conjuntas com outras universidades federais e unitárias.

O plano de tarefas saído do 9º CONSINTUFRJ e assumido pela atual direção sindical é extenso, pois contempla os interesses exclusivos dos técnicos-administrativos e as principais reivindicações

do conjunto da classe trabalhadora. Como, por exemplo, impedir o desmonte do serviço público e a entrega do patrimônio do País e de seu povo, e lutar por investimento maciço do Poder Público em saneamento básico e na distribuição de água potável para todos. Eis algumas das bandeiras de luta do SINTUFRJ para este ano:

>>> Conjuntura

– Participar ativamente com a CUT pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário para todos os trabalhadores;

– Atuar pela unificação dos movimentos sociais, buscando a construção de uma agenda positiva que priorize o debate acerca da Seguridade Social. A categoria deve parti-

cipar da Coordenação dos Movimentos Sociais.

>>> Organização Sindical

– Instalar o Conselho Sindical de Base;

– Investir em formação política dos delegados, preparando-os para congressos e outros eventos da agenda política da categoria;

– Organizar, com a CUT, atividades de formação política e sindical.

>>> Educação

– Defender a universidade autônoma, gratuita, pública e democrática, e garantir a implementação da Universidade Cidadã para os trabalhadores.

>>> Saúde

– Reunir esforços para promover a integração da DVST

com os HUs para garantir melhor atendimento à categoria.

– Lutar contra as Fundações Estatais de Direito Privado.

>>> Carreira

– Ter como meta principal a conquista do Plano de Cargo Único (PCU), mas sem se descuidar do aperfeiçoamento do atual PCCTAE, com destaque para os seguintes itens, entre outros tópicos importantes da Carreira: ascensão funcional; resgate da linearidade; garantia do piso histórico de três salários mínimos e step constante de 5%; e cobrar da Reitoria a implementação do PDI, PDIC e os programas de desenvolvimento, e que o SINTUFRJ leve à Fasubra a mesma cobrança à Andifes e ao MEC.



Defesa da negociação coletiva nacional é bandeira da Central

Em 2009, em conjunto com os sindicatos filiados, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) irá iniciar várias frentes de lutas para pôr em prática a série de medidas aprovadas na última reunião da executiva nacional em 2008 (dias 5 e 6 de novembro). As ações têm como objetivo honrar a palavra cutista de que “os trabalhadores não pagarão pela crise gerada pela administração Bush e que, rapidamente, tomou uma dimensão global”.

Para a CUT, a solução para a crise financeira internacional é a geração de emprego e renda. O plano de lutas para

2009 da Central consta de 30 itens e englobam: Defesa e Garantia do Emprego; Investimentos; Crédito; Medidas Emergenciais; Garantia dos Direitos dos Trabalhadores; Políticas Econômicas; e Sistema Financeiro Nacional e Internacional.

Veja quais são as medidas emergenciais:

– Estruturação, pelo governo federal, do Plano de Renegociação de Dívidas para pequenas empresas, assalariados e trabalhadores em geral;

– Redução do impacto da desvalorização do real nos preços dos alimentos e produtos

de primeira necessidade, por meio, entre outros, da redução de impostos internos, com a contrapartida da manutenção de preços;

– Construção do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho; Constituição, em caráter emergencial, de Câmaras Setoriais e, especialmente, nos setores mais atingidos pela crise do crédito e retração da atividade econômica (construção civil, têxtil, calçados, alimentação etc.), de forma que as iniciativas de apoio do Estado representem contrapartidas na área da garantia de emprego, melhoria das relações de tra-

balho em cada setor;

– Valorização do salário mínimo, com a incorporação da variação dos preços da alimentação já no reajuste de 2009; Interromper os processos de privatização do patrimônio público (Embrapa e Infraero), o leilão das reservas petrolíferas, bem como revogar o marco regulatório herdado do governo FHC, de modo que a riqueza do pré-sal seja explorada em benefício da Nação;

– Retirada do Projeto de Lei que propõe a implantação das Fundações Estatais de Direito Privado.

Política monetária é a vilã de quem vive de salário

Novas alíquotas do IR pouco interferirão no bolso do trabalhador, na opinião do decano do CCJE

A tabela de cálculo do Imposto de Renda 2009 mudou e já está valendo desde o dia 1º de janeiro. O governo criou duas novas alíquotas: 7,5% e 22,5%, e justificou a decisão afirmando que é para injetar mais dinheiro na economia, aumentar o consumo, diminuir os estoques das indústrias e manter o nível de emprego.

O governo manteve a correção de 4,5% na tabela de 2009 e na de 2010, conforme publicado no *Diário Oficial*. O limite de isenção passou de R\$ 1.434,59 para R\$ 1.499,15 em 2010. Porém, a correção anual de 4,5% está sendo considerada insuficiente por tributaristas, já que a inflação, neste ano, deve chegar a 6,13%, de acordo com o Banco Central.

O Jornal do SINTUFRJ ouviu a opinião do cientista em economia e decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Alcino Câmara, a respeito do assunto. O professor de economia também opinou sobre como será 2009 para a classe trabalhadora brasileira.

SINTUFRJ: O que o senhor acha das duas novas alíquotas do Imposto de Renda criadas pelo governo? Quem será favorecido de fato com a medida?

Decano: As novas alíquotas são um pequeno passo na direção certa, que é maior progressividade do Imposto de Renda. Quanto mais alíquo-

tas e quanto maior o percentual em relação a rendas maiores, menos regressivo o IR. Obviamente que a justiça fiscal não depende apenas da forma como se taxa a renda, mas também a quem se taxa e como se taxa outros elementos como riqueza.

SINTUFRJ: Todo início de ano é uma dureza para os trabalhadores brasileiros: pagamento de IPVA, IPTU e outros impostos; despesas escolares, acertos de dívidas do Natal etc. O senhor acha que 2009 vai ser pior ainda para a classe trabalhadora devido à crise econômica mundial?

Decano: Vai ser pior não por causa do pagamento dos impostos que já

foram altos nos anos anteriores. Vai ser pior por causa da crise e da absurda política monetária que vem sendo desenvolvida. São as mais altas taxas de juros do planeta e as únicas que ainda não foram reduzidas.

Foto: Internet



Um bom ano (apesar de tudo)

O ano quase fechou embrulhado numa notícia que, embora tenha durado menos de uma semana, abalou a UFRJ, que foi o corte dos 26,05% pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O reitor Aloísio Teixeira foi a Brasília apontar as consequências que a medida traria. Conseguiu, como disse, “o adiamento da pena”. Isso ocorreu, contou ele, com o apoio do MEC na conversa que teve com o MPOG. Resultado que demonstra que, no mínimo, a UFRJ está “bem na fita”. Mas apesar de ocorrências de fatos como o dos 26%, Aloísio considerou 2008 um ano positivo para a universidade.

No balanço, ele contabilizou como significativo a Reitoria ter conseguido preparar o orçamento de 2009, sem déficit das despesas correntes, algo inteiramente novo na universidade. Segundo Aloísio há recursos para investimentos, e, além disso, o que não for gasto pode ser incorporado ao orçamento de 2009. A novidade foi classificada pelo reitor como uma vitória temporária, fruto de negociação com os ministérios da Educação e do Planejamento, em relação ao orçamento de 2008.

Aloísio destacou outras frentes abertas em 2008: os avanços rumo ao plano diretor; a expansão de cursos e de vagas no vestibular e dos cursos de pós-graduação com nota máxima na Capes (agência de fomento do MEC). Isso sem falar na conquista das 400 novas vagas para docentes e 800 para técnicos-administrativos. “É uma situação diferente da que a gente viu nos últimos anos”, ressaltou.

Em 2009, as obras que terão início serão nos espaços existentes para comportar a ampliação de vagas para estudantes previstas pelo Plano de Reestruturação e Expansão. Não haverá novas instalações, mas a Reitoria quer em atividade três restaurantes: o central, recém-inaugurado; o da Le-

tras, também já em funcionamento; e o do Centro Tecnológico.

Democratização do acesso

Com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto das cotas nas universidades federais, está próximo o momento em que a UFRJ vai se dar conta de que ficou para trás. Outras instituições de porte já desenvolvem programas assim.

Aloísio lembra que, há cerca de cinco anos, a UFRJ tinha pronto um projeto inovador. “Era diferente, em conjunto com a rede pública de ensino básico, fundamental e médio. Nossa proposta não avançou e acabamos agora surpreendidos com uma proposta que pode não ser a melhor forma”, lamentou.

Para o reitor, o programa de cotas não resolve o problema. No Brasil, apenas 13% dos jovens na faixa etária adequada estão na universidade. As cotas, neste caso, só rearrumam a situação. Mas não alteram a matriz elitista do ensino universitário. Ele acha preferível unir a política afirmativa com a expansão de vagas, propondo a ampliação com o acesso de forma diferenciada.

Ele concorda com a urgência em pautar a questão, que até agora não decolou na UFRJ. Pela proposta apresentada pela Reitoria há cinco anos, o número de

vagas seria ampliado em todos os cursos. Seriam preenchidas por estudantes da rede pública avaliados pela UFRJ em parceria com rede estadual de educação. Bolsas do governo do Estado garantiriam condições mínimas de permanência na universidade.

“A proposta caiu no vácuo. Agora, a ideia é retomar o formato que era bom, com mudanças”, disse o reitor. No projeto anterior, a Reitoria solicitou à Secretaria de Educação uma amostra representativa das escolas: das melhores, intermediárias e piores. “Mas, como projeto piloto, não havia condições de incluir todas as escolas. Pode ser que agora consigamos fazer algo maior com a Secretaria e o MEC, já que há uma política de expansão em curso”, acredita Teixeira. Ele pretende retomar a discussão no início do ano.

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) também se prepara para discutir a democratização do acesso à UFRJ. Segundo Ana Maria Ribeiro, da Comissão de Vestibular do CEG, o colegiado solicitou um levantamento do perfil socioeconômico dos egressos nos últimos concursos para discutir propostas.

A proposta da Reitoria não chegou a ser apreciada formalmente no CEG, mas, como lembra Ana Maria, havia limitações porque não envolvia a totalidade de escolas

públicas, e sim apenas as que estavam num programa do governo do Estado do Rio, que sofria críticas por parte da categoria dos docentes pela redução dos conteúdos programáticos.

Destino da perna-seca do HU

Segundo Teixeira, o MEC se comprometeu com os recursos para a demolição da perna-seca (ala sul, com a estrutura deterioração) do prédio do HU. O dinheiro vai ser liberado à medida que a proposta for aprovada nos colegiados, como o do Centro de Ciências da Saúde, Conselho Universitário e Conselho de Curadores. Completado esse processo, haverá a licitação. A proposta é a demolição de uma parte e a recuperação de mil metros quadrados em cada um dos 10 andares. A obra começa este ano e será feita, segundo Aloísio, pelo método convencional — sem implosão, o que exigiria a redistribuição dos doentes pela rede de saúde. Apesar da opção pelo processo mais lento, a Reitoria espera que no fim do ano a perna-seca tenha sido demolida, com a recuperação do trecho preservado.

Capacitação e CIS

O regimento da Comissão Interna de Supervisão (CIS) foi aprovado este ano no Consuni, assim como o Programa de Capacitação,

depois de muita reivindicação da categoria. Mas o Programa de Dimensionamento e o de Avaliação de Desempenho ainda engatinham. E a CIS — que tem a finalidade de detectar problemas e sugerir correção de rumos da Carreira — se esforça para se institucionalizar.

O reitor reconhece: “A capacitação está em curso. A ideia é implantar ano que vem propostas novas para o quadro técnico-administrativo”, diz, explicando que um grupo de trabalho elabora diretrizes, políticas e quantitativos necessários para implantar o programa: “É preciso implantar definitivamente a Comissão de Avaliação e consolidar a CIS, institucionalizando esta instância. Acho que não tem ainda o reconhecimento de sua importância pelo corpo social. Isso cria dificuldade para que a comissão possa trabalhar. Temos que envolver o corpo social com o trabalho da CIS. Talvez pudéssemos pensar, do ponto de vista da Reitoria, em melhorar a infraestrutura e visibilidade da comissão. Por exemplo, com um link na página da UFRJ para facilitar a relação do conjunto da Universidade com a CIS.”

Fundações - “Os funcionários estão assustados e há um certo mal-estar com a criação do Complexo Hospitalar. Pensam que vão deixar de ser servidores da UFRJ. Isso não é fato”, afirmou Teixeira. “Temos uma posição firme contra a Fundação Estatal e pela permanência do HU na Universidade. O que estamos fazendo é a criação de uma unidade orçamentária e gestora. Mas os funcionários são da UFRJ”, afirmou o reitor, explicando que este ano haverá a discussão do regimento do complexo e o Conselho deverá se posicionar sobre as fundações estatais “para afastar definitivamente esse fantasma”.



Foto: Cícero Rabello

ALOÍSIO TEIXEIRA, que assumiu pela primeira vez o comando da UFRJ em junho de 2003 e foi reconduzido ao cargo em junho de 2007 e tem mandato até 2011, admitiu que “tem ainda muita coisa para fazer”